ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2021.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR SANDRO BAHIENSE (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES. JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 344/21 do Gabinete do Prefeito encaminhando o Decreto n. 34.682/21, referente a Abertura de Crédito Extraordinário; Mensagens n.s 22, 23 e 24/21 do Executivo Municipal encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei n.s 353, 354 e 356/21; Projeto

de Lei n. 355/21 do vereador Sabá; Projetos de Indicação n.s 567/21 do vereador Sílvio Humberto, 568 e 569/21 do vereador Julio Santos, 570 e 571/21 do vereador Sílvio Humberto e 572 e 573/21 do vereador Sabá; Projetos de Resolução n.s 103/21 da vereadora Maria Marighella, 104/21 do vereador Carlos Muniz e diversos vereadores, e 105/21 do vereador Átila do Congo; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 65/21 do vereador Emerson Penalva e 66/21 da vereadora Roberta Caires; e Moção n. 159/21 da vereadora Marta Rodrigues. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente indagou sobre a Ordem do Dia existente, a qual principiava com um Veto que sobrestava a pauta. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito pediu o adiamento da votação do Projeto de Lei n. 305/21, considerando não ter havido apreciação prévia suficiente sobre o seu conteúdo. Também pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suíca fez semelhante manifestação, mencionando a complexidade do Projeto de Lei n. 305/21 e necessidade de aprimorá-lo, e sugerindo que a sua votação ficasse para a semana seguinte. Também pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues, líder da Oposição, fez o mesmo pedido, mencionando audiências públicas que já realizara sobre a matéria, as quais não haviam atendido a todas as demandas. O senhor presidente declarou respeito aos três edis que se manifestaram pela ordem e comentou sobre o Projeto de Lei n. 305/21. Distinguiu a parceria público-privada (PPP) das concessões, apontando haver confusão entre os dois institutos criada pelos que agiam contra a vereança. Elogiou os esforços, sobre esse Projeto, por parte do líder do Governo, pedindo que ele se pronunciasse. Em seguida, o senhor presidente registrou as presenças do tenente-coronel José Luís Silva e do capitão Ramses Ventura, da Polícia Militar (PM). O vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo, agradeceu os esdforços dos pares da bancada governista. Declarou respeito pelos vereadores da Oposição e pelo vereador independente Edvaldo Brito, bem como, pelo senhor presidente. Disse que, em nome de todo o entendimento mútuo estabelecido, concordaria em deixar a votação do Projeto de Lei n. 305/21 para a próxima segunda-feira. O senhor presidente agradeceu o

consenso e homologou o adiamento da votação nesses termos. Nos **Registros**, o vereador Edvaldo Brito agradeceu aos pares pelo encaminhamento dado à votação do Projeto de Lei n. 305/21 e elogiou a condução democrática do senhor presidente. O vereador Tiago Ferreira agradeceu o acolhimento às sugestões do vereador Edvaldo Brito, a quem enalteceu. Lembrou que havia expressado preocupação quanto aos impactos do Projeto de Lei n. 305/21 sobre a população mais pobre, inclusive com relação à privatização de cemitérios. Analisou criticamente outros pontos do Projeto, questionando que benefícios seriam trazidos à população. Disse que, por seu entendimento, apresentaria emendas supressivas ao Projeto. O vereador Augusto Vasconcelos criticou o banco Bradesco, expondo que essa empresa havia experimentado um lucro muito alto nos últimos meses e, mesmo assim, promovia demissões e fechamentos de agências. Destacou a importância dessas agências para os idosos e a responsabilidade social que recaía sobre a empresa. Disse que a Oposição conhecia a diferença entre PPP e concessão, e afirmou que havia uma peculiaridade no caso do Projeto de Lei n. 305/21, pois ele trazia a possibilidade de PPP e concessão sobre qualquer serviço, em vez de se considerarem os casos um a um. O vereador Sandro Bahiense registrou, em nome do Dia de Finados, o seu pesar pelas mais de 600 mil pessoas mortas na pandemia. Pediu um minuto de silêncio por essas pessoas, no que foi atendido. Pediu ação da Prefeitura para reparar o Plano Inclinado da Liberdade, o qual apresentara defeito. Destacou as grandes necessidades populares, inclusive quanto a saúde, atendidas por esse equipamento. O senhor presidente registrou a presença dos vereadores Kekeu e Bráulio Patrício, de Rio Real. A vereadora Marta Rodrigues endossou o pedido de atenção sobre o Plano Inclinado e mencionou a paralisação da escada rolante da Lapa, lembrando que esse equipamento havia sido privatizado. Alertou sobre o perigo de se deixar tais equipamentos sob a gestão da iniciativa privada e apontou a responsabilidade da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (Arsal) sobre esses problemas. Discorreu sobre o tipo de

concessão que estava sendo proposta no Projeto de Lei n. 305/21, defendendo que a população conhecesse esse conteúdo e comentando sobre pontos polêmicos do Projeto. O vereador Luiz Carlos Suíca discorreu sobre a concessão, avaliando que o transporte público, delegado à iniciativa privada, era ruim. Explicou que a posição crítica ao Projeto de Lei n. 305/21 se dava por uma tentativa de aprimorá-lo para que não houvesse prejuízo à Cidade e às pessoas. O vereador Teo Senna declarou satisfação com a postura da Oposição pelo adiamento do Projeto de Lei n. 305/21 e concordou com a necessidade do seu aprimoramento. Lembrou a Lei federal sobre PPP criada no Governo do ex-Presidente Lula e mencionou o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), afirmando a necessidade de se conhecer melhor esse modal. Também mencionou os pedágios do Governo do Estado sobre as estradas. O senhor presidente agradeceu às bancadas e, em nome de se desobstruir a pauta para as votações seguintes, pôs em apreciação o Veto n. 10/21. Após discutido e votado, o Veto n. 10/21 foi mantido, contra os votos dos vereadores da bancada de Oposição. Em seguida, após acordo de lideranças para dispensa de pauta, publicação e interstício, foi apreciado o Projeto de Resolução n. 104/21, o qual, após discutido e votado, foi aprovado até a Redação Final. O vereador Sabá comentou sobre a sua amizade com o prefeito Bruno Reis e relatou desrespeito por parte do secretário municipal da Saúde e ex-vereador Leo Prates. Contou que o secretário não tratava bem os vereadores governistas, cujas solicitações não eram respondidas. O senhor presidente disse que falaria com o secretário sobre essas solicitações. O vereador Sidninho elogiou o Projeto de Lei n. 305/21, afirmando que ele estava pronto para ser votado e considerando que o adiamento dessa votação se dera por ação de “forças ocultas”. Declarou discordância dos pares que haviam criticado o Projeto. O vereador Cláudio Tinoco elogiou a condução dos projetos pelo senhor presidente, destacando o ambiente de confiança criado na Casa. Destacou, também, o trabalho da Ouvidoria da CMS. Defendeu a retomada dos eventos na Cidade, registrando audiências públicas, a esse respeito, com profissionais de saúde e profissionais do Carnaval, e rejeitando

que a postura do Governo do Estado impedisse a retomada do Carnaval. Criticou a gestão do Governo do Estado. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues pediu o respeito ao limite de tempo das falas. O vereador Henrique Carballal elogiou o adiamento da votação do Projeto de Lei n. 305/21, explicando que o fazia mesmo entendendo que o Projeto estava pronto para ser votado. Associou-se ao vereador Sabá, considerando que o secretário da Saúde centralizava as questões em sua pessoa e que ele travava, como liderança, o governador do Estado, em lugar do prefeito. Afirmou a importância do retorno do Carnaval e considerou que a postura do governador do Estado, sobre o Carnaval, era destrutiva desde que ele assumira o Governo. Comentou sobre a importância econômica do Carnaval e o prejuízo que poderia advir dessa postura, afirmando que o povo negro era prejudicado com isso. O vereador Sílvio Humberto salientou o respeito à vida como parte da discussão sobre o Carnaval. Afirmou que as condições sanitárias eram necessárias para o restabelecimento desse evento e discordou de que fosse considerada, apenas, a perspectiva dos profissionais do entretenimento. Alertou sobre nova variante da Covid que era observada na Europa e disse que o governador agia com cautela sobre isso. Pediu que, neste Mês na Consciência Negra, a Casa pusesse, na fachada do seu edifício, as cores representativas da luta antirracismo, pleito que seria objeto de proposição sua. Criticou o Projeto de Lei n. 305/21, indagando o que caberia à gestão pública se efetivadas as privatizações almejadas e afirmando que os financiamentos se dirigiam às mesmas pessoas de sempre, não contemplando os mais pobres. A vereadora Laina Crisóstomo pediu respeito no debate e afirmou que a Oposição discordava do Projeto de Lei n. 305/21 por responsabilidade. Enumerou vícios que enxergava no Projeto e mencionou riscos que ele poderia trazer, segundo o que fora discutido em audiências públicas sobre a matéria. Expressou a perspectiva de um Carnaval sem riscos de vida e lembrou o Dia de Finados, quando se lembraram as mais de 600 mil vidas perdidas na pandemia. O vereador André Fraga comentou sobre a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26),

em Glasgow, na Escócia. Contou que o prefeito fora ao evento, onde apresentara ações sobre o meio ambiente, e afirmou que, enquanto isso, o ex-governador Jaques Wagner fora à Europa para passear. Afirmou, ainda, que o Governo do Estado nada fazia sobre o meio ambiente. Comentou sobre a Baía de Toidos-os-Santos, objeto de uma Sessão Especial, apontando o seu abandono pela gestão estadual. A vereadora Maria Marighella comentou sobre o Dia de Finados e os mais de 600 mil mortos na pandemia, afirmando que o Governo Federal tinha responsabilidade sobre esse resultado. Lamentou o falecimento do maestro baiano Letieres Leite, cuja importância registrou e enalteceu, inclusive com relação à afirmação da cultura baiana no Mundo. Registrou o êxito do lançamento do filme Marighella, o qual situou no contexto político do País, e destacou a importância de se fomentar a memória. Defendeu um estado garantidor de direitos. A vereadora Débora Santana registrou, em face do *Novembro Azul*, o seu Projeto de Indicação para um centro de saúde do homem. Pediu o atendimento dessa Indicação pelo prefeito e expôs sobre a importância do exame de próstata. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, marcando a próxima para a segunda-feira seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO